

Reunião 20/09 11:30 – Parque Estadual Marinho Tartaruga-de-pente

Memória da Reunião – Priscila, Mauro, Priscila, Bruno, Amanda

Mauro – Mergulho, passeio de lancha, desde 2016 trabalhando na região.

Todos se apresentam e Priscila começa a explicar o histórico da proposta da área para criação do Parque Estadual Marinho, a retomada do processo, a audiência pública e as reuniões realizadas desde 2021 até os dias de hoje. Explica também porque estamos realizando as reuniões individuais e que após as eleições estamos estudando a possibilidade de realizar reunião coletiva conforme demandas solicitadas por e-mail. Priscila também explica um pouco dos trâmites legais para a criação da unidade e também mostrou os documentos contidos no site para consulta pública.

Priscila passa a fala para Mauro e o mesmo diz que houve pressões por parte dos pescadores da não realização das reuniões individuais. As dúvidas dele seriam sobre a proibição das navegações, Priscila esclarece que não será impedida a navegação e que apenas a marinha pode fazer esse tipo de proibição. Explica também sobre as categorias das unidades de conservação e que o parque estadual é de proteção integral, mas que apresenta menos restrições e que um dos objetivos do parque é o acesso público da área, a educação ambiental e que haverá um conselho consultivo e que será por lá as discussões sobre as atividades realizadas ou não na área.

Mauro diz que a ideia do Parque Marinho é boa, que não tem nada contra que inclusive para ele que trabalha com mergulho é benéfico, mas o receio é como será a regulamentação e o cadastramento. Priscila diz que as discussões sobre a regulamentação serão discutidas coletivamente e que com um sistema organizado a qualificação do serviço prestado será com mais qualidade e que o objetivo não é restringir e sim organizar o turismo náutico trazendo benefícios inclusive no sistema de coitas.

Mauro diz que não vê viabilidade das coitas e o projeto diz que seriam apenas 5 coitas e que seria poucas e mesmo com mais poderá poluir visualmente. Priscila diz que vai rever esse número de coitas no relatório, mas que isso pode ser revisto. Mauro diz que entende a questão da ancoras, mas que teme pelo excesso de embarcações e a poluição que isso gera e teme que isso prejudique o trabalho.

Priscila diz que não há determinação desse tipo de especificação e que esse tipo de assunto é discutido e regulamentado após a criação, mas que já há estudos de capacidade de carga das praias e que o número de barcos (500, 600 barcos) precisa ser ponderado para olhar com cuidado devido ao impacto ambiental e também para não sobrecarregar a região e acabar perdendo os atrativos.

Mauro diz que não vamos conseguir restringir a área de navegação. Priscila reforça que não podemos restringir o tráfego em nenhuma região.

Mauro também diz que sempre vê poluição no emissário e que há muito lixo ao redor e que o Parque poderia trazer benefícios ambientais nesse sentido. Priscila diz que tem estudos e que

esse lixo vem de Santos e Caraguatatuba, mas que o que realmente preocupa é o esgoto. Mauro reforça que há vários pontos com esgoto naquela região.

Mauro também diz que o turismo está crescendo em Ubatuba e que muitos não estão regulamentados. Priscila diz que o impacto negativo devido esse crescimento é preocupante, mas como em qualquer outro tipo de atividade econômica crescente.

Mauro diz que ninguém da prefeitura estava sabendo. Priscila diz que foi realizado reuniões com a prefeitura ao longo dos anos e Bruno diz que a última reunião realizada com o secretário do meio ambiente foi em novembro e que inclusive a prefeitura participou da audiência pública.

Mauro ainda diz que ainda há dúvida sobre o nome por conta da tartaruga e que ele entende que é apenas um nome, mas que há muito desconhecimento do processo de criação, principalmente com o turismo náutico que há muito receio da restrição.

Priscila diz que o turismo náutico já faz parte da região e quem deveria temer as restrições são as pessoas que atuam de maneira irregular. Mauro entende isso e dá o exemplo nas Ilhas das Couves e que entende algumas restrições que já tem na região, mas que o receio é restringir de maneira que fique inviável.

Priscila ressalta que para o turismo recreacional não será tão restrito a ponto de prejudicar os trabalhos realizados por eles. Também ressalta que o importante é eles estarem organizados para pleitearem uma cadeira no conselho, caso o parque seja criado.

Mauro diz que criamos dificuldades porque não consegue se cadastrar como *sharper* pois ele mesmo não é transporte de passageiros. Priscila diz que não é apenas o *sharper* que podem embarcar e desembarcar, que qualquer um pode fazer isso.

Mauro e Priscila dialogam com a questão de desembarcar as pessoas sem ser no píer e que isso dificulta as informações repassadas no receptivo e a compra do ingresso. Mauro diz que orienta todos a passarem para comprar os ingressos.

Em seguida foi procurado no relatório técnico sobre essas restrições mencionadas, mas não foi localizada essa informação e foi mostrado algumas informações sobre o ordenamento do turismo naquela região que há contida no relatório.

Priscila pergunta se há mais alguma dúvida e Mauro reforça a questão da poluição na enseada e que isso causa uma sensibilização na fauna marinha. Priscila ressalta que há uma substância na embarcação e que tem um determinado molusco que acaba tendo um dimorfismo sexual.

Mauro ressalta o receio na proibição e restrição, Priscila diz novamente que ninguém está falando em proibir e Mauro dá exemplo sobre a pesca de arrasto e a pesca amadora.

Priscila diz que o objetivo do Parque marinho é também qualificar a gestão do território e que isso envolve uma série de outros temas incluídos além do turismo, da pesca e da biodiversidade.

Mauro diz que entende e que é importante reforçar a pesquisa para melhorar a região e que Ubatuba restringe sempre o turismo e que esse é o principal receio com a criação do parque marinho.

Priscila diz que a análise dele é importante, mas que precisa esclarecer que não há nada no relatório que haverá restrição e que todas essas pautas de regularização serão discutidas no

conselho e que não é o foco a restrição e sim a gestão mais eficiente nessa área e que o Conselho do PEIA e da APALN não consegue atender a demanda marinha daquela região e reforça a organização do turismo náutico para se organizarem para as pautas deles serem prioritárias.

Mauro diz que é difícil se organizarem por conta da quantidade de pessoas, mas que estão tentando se unirem para levar as discussões para nós. Mauro também diz sobre a reunião coletiva e pergunta dos prazos e que a grande dificuldade será com os marinheiros. Priscila pergunta quantas empresas são, Mauro diz cerca de 20/30 empresas, com 1 ou 2 barcos por empresa e que há alguns desqualificados.

Priscila diz que é por isso que nós queremos ordenar para qualificar a gestão e o controle daquela área para fornecer um trabalho mais profissional, por fim e sem mais dúvida a reunião se encerra.